

informe

Representação Política e Articulação Institucional das Instituições de Pesquisa Tecnológica no País

abipti

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA

nº 160 | Ano 26

Brasília/DF

Mai 2005



■ Distribuição espacial das entidades associadas.

ABIPTI possui associados nas 27 unidades da Federação

Pág. 3

No ano em que a ABIPTI comemora seus 25 anos uma de suas metas mais importantes foi cumprida. Com a afiliação da Embrapa Roraima, a ABIPTI passa a ter associados nas 27 unidades da Federação, ampliando assim a sua capilaridade no território brasileiro.

Criada a Universidade Corporativa da ABIPTI

pág 4

A presidência da ABIPTI aprovou a criação da Universidade Corporativa Alberto Pereira de Castro. A universidade deverá contribuir para o desenvolvimento e a modernização contínua da força de trabalho das instituições que compõem a Associação.

Softex divulga mapa do Software Livre

Pág. 6

A Softex divulgou o resultado da pesquisa sobre Software Livre na indústria de software no Brasil. O estudo foi considerado uma das maiores pesquisas do País sobre o assunto. Entre as principais conclusões está a quebra de modelos tradicionais de qualidade e de desenvolvimento tecnológico.

RNP lança nova rede multigigabit

pág 7

A Rede Nacional de Pesquisas (RNP) pretende implementar a nova infra-estrutura de rede multigigabit a partir do próximo semestre. O sistema vai permitir o desenvolvimento tecnológico nas áreas de telecomunicações e de tecnologias da informação e da comunicação.

Ciência, tecnologia e inovação têm muito a contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado

Especialistas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o apoio do Ministério da Integração Nacional e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), realizaram o estudo "Diretrizes para a formulação de políticas de desenvolvimento regional e a ordenação de território".

A pesquisa foi apresentada em Brasília, neste mês de maio. O estudo aponta a necessidade de mudanças na política de desenvolvimento regional, que deveria pressupor uma reorganização e uma re-pactuação institucional, de forma a possibilitar a implementação de uma nova política baseada nos marcos do crescimento econômico e na redução das desigualdades regionais.

Segundo a pesquisa, essas mudanças deveriam partir de uma redefinição do arranjo institucional do governo federal que combine uma coordenação das diretrizes de política nos marcos de um projeto nacional, com a descentralização das operações, articulação com as instâncias subnacionais (estados, municípios etc.) e mobilização do sistema empresarial e da sociedade civil. Para os pesquisadores, este último aspecto se fundamenta na ideia de que os agentes e a sociedade local melhor conhecem suas potencialidades e desafios e, portanto, devem ter papel de destaque na formulação e implementação das políticas.

A pesquisa também considera "inadequada ou precipitada a simples criação das novas agências macroespaciais – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) – sem que antes se redefina a regionalização do País, e se evite a superposição de instituições em uma mesma área (caso do Maranhão que está incluído nas áreas de atuação da Sudene e Sudam, e do Mato Grosso, incluído nas áreas da Sudam e da Sudeco)".

Os autores do relatório também consideram que é muito difícil de se implementar a articulação nos níveis federal, estadual e municipal de governo. Os pesquisadores afirmam que não é possível pensar em um projeto de desenvolvimento econômico e social sem a forte presença do Estado, por meio das diferentes escalas ou esferas de governo. E colocam também a necessidade de uma real institucionalização, deliberativa, da esfera metropolitana, o que poderia desempenhar um papel central neste processo.

Os autores observam que a nova regionalização do País deve se proceder em múltiplas escalas. Para os pesquisadores,

além de referência para as políticas regionais, a nova regionalização deveria servir de base para atuação do conjunto do setor público, para articulação com as atividades privadas e com as representações da sociedade civil. Além disso, segundo a pesquisa, uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional deve levar em conta a importância da ciência e da tecnologia para ampliar as chances de desenvolvimento das regiões menos privilegiadas.

Seguindo a linha apresentada pelo estudo, que destaca a relevância da C&T para um desenvolvimento mais equilibrado, a ABIPTI entende que uma política de desenvolvimento nacional e regional deve ser promovida com a participação das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. As universidades também devem desempenhar um importante papel. A presença de unidades universitárias no interior, ministrando ensino e fazendo pesquisa e extensão, pode ser uma importante aliada para amenizar a concentração de recursos humanos nos principais centros urbanos. Nesse sentido, a interação entre entidades de P&D, universidades e setores produtivos locais é imprescindível para o desenvolvimento de determinada localidade.

O secretário-executivo da ABIPTI, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, e o secretário-executivo adjunto, Ivan Rocha Neto, defendem, no livro "Ciência, Tecnologia e Regionalização: Descentralização, Inovação e Tecnologias Sociais" (no prelo), a implementação de programas federais de C&T que levem em conta a diversidade de competências segundo as vocações locais e também a execução de políticas voltadas à capacitação de recursos humanos das regiões menos avançadas no processo de desenvolvimento. Na avaliação da ABIPTI, esses são dois pontos importantes da agenda nacional para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Por outro lado, é importante destacar que as contrapartidas estaduais e municipais são necessárias.

Albuquerque e Rocha Neto esclarecem que não são "desenvolvimentistas" a qualquer preço. Para a ABIPTI, políticas de ciência, tecnologia e inovação não podem ser pensadas distantes do contexto social, afinal, elas terão impacto para esta e para as próximas gerações.

Ao completar 25 anos, a ABIPTI, que sempre defendeu o apoio à inovação e ao desenvolvimento regional, recebe a Embrapa Roraima entre seus associados e passa a ter representação no único Estado onde não tinha afiliados. Esta Associação, que agora representa entidades das 27 unidades da Federação, continuará trabalhando pelo desenvolvimento científico e tecnológico nacional que pressuponha menos exclusão e mais integração.

ABIPTI cumpre meta e passa a ter associados nas 27 unidades da Federação

TATIANA FIUZA

No ano em que a ABIPTI completa 25 anos, a Associação cumpre a sua meta de agregar instituições das 27 unidades da Federação. A entidade passa a ter representação em Roraima, único Estado onde não tinha afiliados. Neste mês de maio, a Embrapa Roraima - Centro de Pesquisa Agroflorestal – se associou à ABIPTI.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, secretário-executivo da ABIPTI, destacou que a Associação foi criada, em 1980, por nove institutos de pesquisa tecnológica, de nove Estados, que abrangiam três regiões. “No início da década de 1990, a ABIPTI já tinha 24 associados, de 12 Estados”, lembrou. A Associação possui hoje 159 associados.

Agora, que a meta de ter associados em todos os Estados brasileiros foi atingida, Lynaldo Cavalcanti afirma que a ABIPTI, além de continuar atuando em

áreas como excelência na pesquisa tecnológica, arranjos produtivos locais, TIB, capacitação e informação tecnológica, vai manter sua bandeira de apoio à inovação e desenvolvimento regional.

Cavalcanti ressalta, inclusive, que a ABIPTI possui uma unidade de Inovação e Desenvolvimento Regional, gerenciada por Gonzalo Enriquez. Além disso, a ABIPTI é hoje secretaria-executiva dos fóruns nacionais de Secretários Municipais da Área de C&T e das Fundações de Amparo à Pesquisa Professor Francisco Romeu Landi, além de apoiar as ações do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti).

Uma das prioridades da ABIPTI é ampliar suas ações em comunicação e difusão em C&T, em especial, a publicação de livros. Segundo o secretário-executivo, a ABIPTI lançará em breve os livros “Ciência, Tecnologia e Regionalização: Descentralização, Inovação

e Tecnologias Sociais”, de Lynaldo Cavalcanti Albuquerque e Ivan Rocha Neto (em parceria com a Funadesp e Editora Garamond), e “A tendência concentradora do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo contemporâneo”, de Fernando Antônio Ferreira de Barros, ambos no prelo.

A Associação ainda produz os informativos Gestão C&T, dentro do projeto Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais e Municipais de C&T, Eco-Design News e Informe ABIPTI. Essas publicações buscam dar visibilidade a ações desenvolvidas em todo o território nacional.

Com a representação em todos os Estados do Brasil e mais o Distrito Federal, a ABIPTI espera continuar desenvolvendo sua missão, que é a de promover a participação das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no estabelecimento e na execução da política de desenvolvimento nacional.

Brasília sediará encontro de cooperação internacional em setembro

RAMON GUSMÃO

A ABIPTI participou da 2ª Reunião Regional do Projeto Unind-Lam (Rede Temática Relação Universidade – Indústria/Empresa na União Européia e no Mercosul + Chile), na capital argentina, Buenos Aires, nos dias 21 e 22 de abril. Além dos quatro países que compõem o Mercosul, representantes chilenos também estiveram presentes no encontro.

Entre as decisões mais importantes tomadas durante a 2ª Reunião Regional da Rede Temática, Paula Andrade Belgeri, da Unidade de Cooperação Internacional da ABIPTI, destaca a realização da 3ª Reunião Geral do Unind-Lam, nos dias 12 e 13 de setembro deste ano, em Brasília.

Ela enfatiza que a Associação sugeriu algumas ações para fortalecer a realização do evento - que contará também com representantes da União Européia. “A ABIPTI propôs parcerias estratégicas para melhor viabilização da 3ª Reunião Geral. Por exemplo, estreitar os laços com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília, cujo diretor esteve na reunião”.

O objetivo do encontro em Buenos Aires foi apresentar a realidade de cada um dos

países participantes, no que diz respeito à demanda universidade/empresa.

O mote do projeto Unind-Lam é desenvolver e operar uma rede de discussão e apoio ao processo de inovação, por meio da cooperação científico-tecnológica entre os membros europeus e sul-americanos.

A Rede Temática Relação Universidade – Indústria/Empresa na União Européia e no Mercosul + Chile é composta por 18 membros, entre universidades, centros de inovação tecnológica e institutos de pesquisa da Espanha, França, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile. No Brasil, a ABIPTI é um dos membros.

Entre os principais objetivos da Rede Temática, destacam-se: o estabelecimento de mecanismos de vinculação de longo prazo entre universidades, centros de inovação, institutos de pesquisa e empresas, que se traduzam em vantagens competitivas para estas; desenho e ativação de políticas públicas para a inovação nas empresas; e desen-volvimento de estudos prospectivos em áreas de interesse econômico e valor estratégico dos países sul-americanos, convergentes com a política de CT&I da União Européia.

Além dos preparativos para sediar a 3ª Reunião Geral da Rede Temática, que acontecerá no próximo mês de setembro, em Brasília, a outra ação importante em curso é a finalização de um documento específico sobre a região do Mercosul, intitulado “Estado das Necessidades”.

Paula Belgeri, da Unidade de Cooperação Internacional da ABIPTI, enfatiza que o intuito do documento é analisar os problemas existentes na relação de universidades com indústrias/empresas nos países do Mercosul.

Para tanto, utilizam-se estudos e pesquisas desenvolvidas em cada país, a exemplo da Pesquisa Industrial Inovação Tecnológica (Pintec), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Este documento (Estado das Necessidades) visa a uma noção transparente das relações universidade/empresa no Mercosul, União Européia e no conjunto deles, para incrementar e fortalecer as relações econômicas entre os dois blocos”, afirma Belgeri.

Informações sobre o Unind-Lam podem ser obtidas na Unidade de Cooperação Internacional da ABIPTI, pelo telefone (61) 274-5799.

Presidência da ABIPTI aprova criação da Universidade Corporativa Alberto Pereira de Castro

BIANCA TORREÃO

Foi aprovada, por unanimidade, na última reunião da Presidência da ABIPTI, realizada em fevereiro, no Recife (PE), a proposta que prevê a criação da Universidade Corporativa Alberto Pereira de Castro. Em breve, a sua criação será oficializada.

A Universidade Corporativa deverá contribuir, de forma mais ampla, para o desenvolvimento e a modernização contínua da força de trabalho das entidades que compõem a ABIPTI. Hoje, a Associação reúne 159 entidades tecnológicas associadas, públicas e privadas, e atende ao interesse de um universo estimado de 29 mil pessoas. Tais números são comemorados nesses 25 anos da instituição.

A ABIPTI, ao longo de sua história, já vem realizando, anualmente, um volume expressivo de ações de qualificação e capacitação de pessoal em praticamente todas as capitais brasileiras. Podem ser citados, como exemplos, o curso Agente de Inovação e Difusão Tecnológica (Agintec), que já capacitou 650 pessoas e o Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica, que atua em parceria com 61 institutos de P&D, difundindo ações de melhoria na gestão dos institutos.

A Universidade Corporativa deverá direcionar essa experiência acumulada para uma iniciativa que visa à manutenção de uma política permanente de atualização e qualificação para as entidades tecnológicas e para a própria Associação.

A escolha do nome Universidade Corporativa Alberto Pereira de Castro foi uma iniciativa do secretário-executivo da ABIPTI, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. É uma homenagem ao primeiro presidente da Associação, cuja gestão compreendeu o período 1980-1984.

Além de presidir a ABIPTI, Alberto Pereira de Castro também foi diretor-superintendente, vice-presidente e presidente do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), onde atuou desde a década de 60 até o início deste ano.

Confira a resposta de Alberto de Castro, enviada no dia 6 de maio, à solicitação de seu consentimento em dar nome à Universidade:

Prezado Dr. Lynaldo,

Recebi seu estimado Ofício 265/05-SE, de 29 do mês passado, o qual trouxe-me

emoções de orgulho e de gratidão. Me orgulho porque por ele me apercebi que a sua ABIPTI, ao atingir os seus 25 anos, já está preparada para lançar um Projeto tão amplo, tão rico em potencialidades como é o da criação de uma Universidade Corporativa, com as finalidades enumeradas. Ainda mais, ressalto que a ABIPTI, com sua crescente experiência e o seu crescente relacionamento é a instituição ideal para desenvolvê-la. Vossa Senhoria e a Diretoria da ABIPTI estão de parabéns.

As emoções de gratidão vieram porque logo interpretei a escolha do meu nome para o Projeto, como sendo mais uma das distinções que tenho recebido da ABIPTI, ao longo dos seus 25 anos, distinções estas em que quase nunca eu deixo de perceber uma iniciativa de Vossa Senhoria.

Muito obrigado! Não deixe de me convocar quando achar que isso poderá ajudar o Projeto.

Saudações.

Alberto Pereira de Castro

Rede de Tecnologia Social prioriza Semi-Árido e Amazônia

RAMON GUSMÃO

Após um ano de articulações, encontros e discussões, a Rede de Tecnologia Social (RTS) foi lançada no dia 18 de abril, em Brasília. O projeto é resultado de uma parceria entre órgãos do governo federal e entidades sociais públicas e privadas. O objetivo da rede é promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável a partir da difusão e reaplicação em escala das tecnologias sociais.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, afirmou, durante o evento, que a Rede de Tecnologia Social é uma aliança entre o conhecimento popular e o saber acadêmico.

Já o secretário-executivo da RTS, Daniel Seidel, salienta que o foco da iniciativa é a geração de trabalho e renda, e ressalta as ações iniciais da rede. "Os territórios prioritários [para a reaplicação de tecnologias] são os grandes centros urbanos, acima de 500 mil habitantes, o Semi-Árido e a Amazônia Legal".

O Sistema Mandalla de Produção Permacultural, a Incubação de Empreendimentos Solidários (que teve um edital para apoio lançado em conjunto pelos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este ano), e o Descarçamento de Algodão

estão entre as tecnologias que serão reaplicadas no primeiro momento, segundo o secretário-executivo.

Sobre os recursos destinados à difusão e reaplicação das tecnologias sociais, Seidel informa que existem R\$ 14 milhões para serem investidos em 2005 e o mesmo montante em 2006. O dinheiro é originário das instituições mantenedoras da rede. Ele diz, ainda, que todas as ações da RTS serão postas em prática por meio de editais, chamadas públicas e convênios diretos.

Alceu Castello Branco, gerente da Unidade de Informação e Gestão Tecnológica (IGT) da ABIPTI, lembra que as tecnologias sociais não são recentes no País. "O Brasil já dispõe de um razoável acervo de realizações nesse campo, como os projetos desenvolvidos pelos Estados que participaram, ao longo de aproximadamente dez anos, do Programa de Tecnologias Apropriadas do CNPq".

Ele cita outro exemplo de iniciativas nessa linha. "A Embrapa e seus extensionistas, identificaram, organizaram e, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em C&T (Ibict), disseminaram tecnologias desenvolvidas no meio rural, constituindo acervo considerável". Na opinião de Castello Branco, é oportuno valorizar essa memória, transformando as realizações do passado em aprendizado para o futuro,

o que, segundo ele, já está em curso, na forma de conteúdo, no portal da RTS.

Para atingir as metas de multiplicação, reaplicação e divulgação das tecnologias sociais com êxito, assim como atrair novos integrantes, a ABIPTI foi responsável pelo desenvolvimento do portal da Rede de Tecnologia Social, em parceria com a Secretaria de C&T para Inclusão Social (Secis) do MCT. Além da criação, a ABIPTI também é responsável pela administração e alimentação do portal, já em funcionamento, em cooperação com a secretaria-executiva da RTS.

O Comitê Coordenador da RTS é composto pelos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom); Finep; Sebrae; Fundação Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Petrobras; Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong); Articulação no Semi-Árido (ASA); Instituto Ethos; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); e Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Mais informações a respeito da Rede de Tecnologia Social podem ser obtidas pelo site www.redetecnologiasocial.net.

Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado acaba de se associar à ABIPTI

TATIANA FIUZA

Neste mês de maio, o Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (Insa-CF) se associou a ABIPTI, por “reconhecer a importância de integrar o Insa-CF ao nível de trabalho criativo e articulador da Associação e da sua secretaria-executiva”, explicou Manoel Dantas Vilar, diretor do instituto.

Criado em abril do ano passado, o Insa-CF está trabalhando na sua fase final de implantação. Nesses últimos meses, promoveu reuniões com os sistemas estaduais de C&T na região do Semi-Árido do Nordeste (que compreende os Estados nordestinos, com exceção do Maranhão). Ao todo foram nove reuniões.

Os encontros foram planejados com o objetivo de articular as ações do Semi-Árido nordestino para a realização do Seminário de Integração de Ações de C&T para o Desenvolvimento do Semi-Árido, que acontecerá nos dias 11 a 13 de julho, em Petrolina (PE).

O seminário foi pensado com a intenção de integrar os vários grupos de

pesquisadores e programas de produção de serviços que tenham como referência os produtores e a população dos sertões secos, enquanto cria um foro de discussão para orientar o programa imediato que o Insa-CF possa executar ou coordenar. Dessa forma, será articulada, definitivamente, a implantação do Instituto.

Segundo Vilar, ainda não há recursos orçamentários definidos globalmente para o trabalho deste ano mas, mesmo assim, o diretor fala das atividades que serão desempenhadas pelo Insa-CF. “Pretendemos desenvolver pesquisas conclusivas complementares para as lavouras de sequeiro; promover a racionalização do uso da Caatinga para a produção pecuária; produzir material didático para o ensino público regional (até nível médio); e reestruturar o currículo dos cursos técnicos agrários até o nível superior”, afirmou Vilar.

Entre os trabalhos que serão desenvolvidos pelo Insa-CF ainda está a

intenção de oferecer cursos de pós-graduação para especialistas em assuntos ligados ao Semi-Árido nordestino.

Com essas iniciativas, o Insa-CF vai trabalhar seguindo o seu objetivo que é, segundo Vilar, o de gerar conhecimento complementar para conformar a tecnologia básica da produção possível nas terras secas do nordeste e na região dos persistentes sertanejos empobrecidos.

Para Vilar, o Insa-CF pretende reverter uma cultura técnica e de abordagem da zona seca, calcada no elemento natural mais escasso – a água. “A seca é muito mais uma crise na oferta de alimentos à região, do que uma crise na oferta de água. Cabe, como missão do Insa-CF, elaborar a ‘filosofia da seca’, no contraponto da ‘filosofia da água’ como fator excludente de produção, e estabelecer as bases de um sistema de produção capaz de se harmonizar com as idiosincrasias do clima e garantir, em primeiro lugar, a água para seus usos insubstituíveis”, concluiu o diretor.

Nomeado comitê de busca para a escolha do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

FABIANA SANTOS*

Foi nomeado, no dia 9, um comitê de busca encarregado de montar a lista triplíce com indicações para o cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entidade associada à ABIPTI. A nomeação foi feita pelo ministro da C&T, Eduardo Campos, em reunião realizada no Instituto, em São José dos Campos (SP).

Na mesma data, Leonel Fernando Perondi foi anunciado como diretor interino e foi dada posse ao Conselho Técnico Científico (CTC) do Instituto.

Perondi assume o cargo no lugar de Luiz Carlos Moura Miranda, que havia pedido exoneração no dia 26 de abril. O motivo de sua saída, divulgado amplamente pela imprensa, teria sido a centralização dos recursos destinados ao programa espacial na Agência Espacial Brasileira (AEB), medida prevista pela Lei Orçamentária 11.100, de 25 de janeiro deste ano. A partir deste ano, a AEB, também associada à ABIPTI, passa a ser a unidade orçamentária de todas as ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais que têm o Inpe como executor. Miranda, no entanto, alegou motivos pessoais para sua saída. Já o ministro, durante

o evento, explicou que, desde o final do ano passado, o diretor já havia solicitado a saída do cargo.

O cronograma de substituição do diretor do instituto, no entanto, está dentro do prazo previsto, já que o término do mandato de Miranda, de quatro anos, seria encerrado no mês de outubro e, pelo regimento do instituto, seis meses antes do vencimento do mandato, deve ser nomeado um comitê de busca.

Sobre as mudanças na Lei Orçamentária, Campos disse que as questões operacionais não irão impedir o repasse dos recursos ao Inpe. E deu destaque ao fato de o governo ter triplicado os recursos destinados ao programa espacial nos últimos três anos.

O Comitê de Busca começa a colher candidaturas, analisar currículos e propostas de trabalho. A lista será submetida ao ministro da C&T, que indicará o novo diretor, até o mês de outubro.

O Comitê de Busca será presidido por Celso Pinto de Melo, pró-reitor de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco; Michal Gartenkraut, reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp),

Marco Antonio Raupp, diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), e o ministro Everton Vieira Vargas, do Itamaraty.

O novo diretor, Leonel Fernando Perondi, era coordenador de Engenharia e Tecnologia Espacial do Inpe. Com exceção da presidência do Conselho Técnico Científico (ocupada pelo diretor do Inpe), todos os outros membros do CTC têm mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução.

Integram o Conselho: Sergio Rezende, presidente da Finep; Marco Antonio Raupp, diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Eugênio Emilio Staub, presidente da Gradiente; Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp; Edmundo Machado de Oliveira, gerente geral da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Michal Gartenkraut, reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Haroldo Fraga de Campos Velho, pesquisador titular do Inpe; Odylio Denys de Aguiar, pesquisador titular do Inpe; Antonio Miguel Vieira Monteiro, tecnólogo do Inpe; Otávio Luiz Bogossian, tecnólogo do Inpe.

(*Gestão C&T online)

Softex divulga mapa do software livre no Brasil

TATIANA FIUZA

A Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) divulgou, no mês de abril, o resultado da pesquisa Impacto do Software Livre e de Código Aberto (SL/CA) na Indústria de Software no Brasil.

Mais de 3.600 desenvolvedores brasileiros de software participaram da pesquisa, que foi desenvolvida em parceria com o Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com o apoio do MCT. Foram estudados aspectos como abrangência de utilização, capacitação dos desenvolvedores e, particularmente, os impactos que dizem respeito às empresas de software (capacitação, modelos de negócios etc).

O estudo foi considerado a maior pesquisa individualizada do País. Uma das suas principais conclusões é que “apesar de não se tratar de uma ruptura tecnológica, o modelo SL/CA traz uma nova forma de desenvolver e licenciar software que está quebrando modelos tradicionais de apropriabilidade [qualidade] e de desenvolvimento tecnológico”.

Segundo a pesquisa, estima-se que, no Brasil, o mercado de sistemas operacionais baseados em SL/CA tenha uma dimensão de, no mínimo, R\$ 77 milhões, considerando somente a venda de distribuições e serviços correlatos do Linux, com potencial de crescimento de 2,5 a 3 vezes até 2008.

“O Software livre/Código Aberto está se profissionalizando no País e começa a sair da periferia da indústria em direção ao seu centro. O SL/CA, ao nascer de uma contestação aos mercados proprietários mais poderosos da indústria (Unix, Windows, Office), revelou todo seu apelo político, institucional e emocional”, diz o estudo.

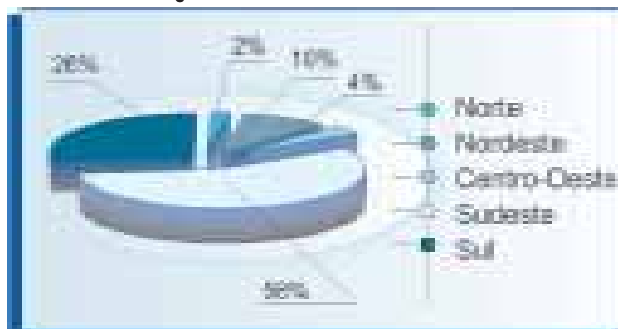
Ainda segundo a pesquisa, “esse apelo chamou a atenção de muita gente, dos que tinham

profissionais qualificados: administradores de sistemas, técnicos de redes, empresários, pesquisadores e estudantes com nível superior. Já dentre as empresas desenvolvedoras, há o predomínio das pequenas, mas grandes empresas também já adotam este modelo para realização de negócios.

Os setores de tecnologias da informação e comunicação, governo, comércio e educação são destaques quando se fala em usuários do SL/CA. Segundo a pesquisa, suas principais motivações são econômicas (diminuição de custos) e técnicas (desenvolvimento de novas habilidades). O estudo também identifica a distribuição regional dos usuários SL/CA e aponta que 58% estão na região Sudeste (veja gráfico).

Os autores da pesquisa fazem ainda um alerta sobre a realidade desse sistema. “O SL/CA não é, a priori, bom ou mau. Assim, seria uma ingenuidade imaginar que os princípios originais que nortearam o software livre são alguma garantia de benefício social. Mais uma vez, isso deve ser analisado com o devido cuidado. Software livre, queiram ou não seus idealizadores, é hoje um negócio de alguns bilhões de dólares, com perspectivas de crescimento acelerado nos próximos anos. Mesmo organizações que surgiram na onda libertária provocada pelo Linux, hoje, transformaram-se em grandes empresas, com atuação global. Outras estão querendo percorrer a mesma trajetória”.

Distribuição Regional dos Usuários SL/CA



Fonte: Softex

(e têm) como filosofia um espírito libertário e contrário à apropriação restritiva do conhecimento, aos que viam uma oportunidade de derrubar o maior e mais conhecido gigante da indústria de software, passando pelas grandes corporações que viram (e vêem) no SL/CA uma enorme oportunidade de se desfazer de uma incômoda taxa de monopólio que restringe seus negócios”.

A pesquisa apresenta o perfil dos desenvolvedores brasileiros como sendo semelhante ao perfil europeu, que é bastante profissionalizado, com a predominância de

Inpa cria grupo de trabalho para implementar o Software Livre

TATIANA FIUZA

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) criou, no mês de abril, um grupo de trabalho para cuidar especificamente da implantação do sistema de software livre no instituto.

O Grupo Permanente de Software Livre (GPSL) tem como objetivo coletar as informações e estabelecer os padrões de implantação no sistema. “Iremos trabalhar com base nas informações gerais e considerar dados como compatibilidade dos sistemas utilizados, treinamento e, por último, a migração em definitivo”, explicou Moysés Mendes de Lima, chefe do Grupo Técnico de Informática do Inpa (GTI/Inpa).

Segundo Lima, o instituto ainda está na fase de testes com o software livre, mas boa parte desse

sistema, proposto pelo governo, já está funcionando. A política de otimização do software livre adotada pelo governo federal tem como objetivo otimizar recursos e investimentos em tecnologias da informação.

A redução dos custos com a implantação desse sistema é significativa. “O instituto já economizou, só no quesito licenças para servidores, cerca de R\$ 30 mil, não comprando OEMs (Original Equipment Manufacturers) do sistema proprietário e, ainda, aproximadamente, R\$ 300 mil utilizando o OpenOffice Suite livre para escritório, como editor de texto, planilhas, apresentação e outras funções exploradas pelos sistemas proprietários”, afirmou Lima. O valores que serão economizados com o pagamento de licenças serão revertidos para pesquisas desenvolvidas pelo instituto.

Lima disse que a criação do GPSL se enquadra nas metas do Planejamento Estratégico de 2005 elaborado pelo MCT. Além disso, ele destaca que a criação do grupo vai ao encontro da necessidade de desenvolver e pesquisar em um módulo específico e importante chamado software livre. “Quando normalizamos um grupo de forma administrativa e legal, temos metas, objetivos, indicadores e resultados a serem alcançados”, completou o chefe do GPSL.

Atualmente, cinco ministérios estão em processo de migração para softwares livres: o das Cidades, de Minas e Energia, da Cultura, das Comunicações e da Ciência e Tecnologia, ao qual o Inpa está vinculado. “Temos investido em tecnologia livre não só pela questão financeira, mas por ser uma solução mais estável e segura que o mercado oferece”, concluiu Lima.

RNP vai implantar nova infra-estrutura de rede multigigabit

TATIANA FIUZA

A Rede Nacional de Pesquisa (RNP) vai implementar, a partir do segundo semestre deste ano, uma nova infra-estrutura de comunicação de alta capacidade – a rede multigigabit. O sistema vai permitir o desenvolvimento tecnológico do país nas áreas de telecomunicações e de tecnologias da informação e da comunicação, bem como no suporte de aplicações estratégicas para a solução de problemas nacionais em educação, saúde, clima, meio ambiente, agricultura e espaço.

Segundo a assessoria da RNP, os primeiros pontos a serem conectados começarão a operar com velocidade a partir de 2,5 gigabits por segundo (Gbps), aproximadamente, mil vezes mais rápido do que um serviço doméstico de banda larga de 256 Kbps. Receberão a infra-estrutura multigigabit o Distrito Federal e nove Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará.

Na primeira fase do projeto, serão beneficiados institutos de pesquisa, universidades, hospitais, escolas técnicas e outras instituições. A intenção da RNP é atender com maior qualidade a demanda da comunidade acadêmica, possibilitando, assim, maior colaboração e cooperação entre os pesquisadores nacionais.

Mas, o que essa nova rede pode proporcionar ao pesquisador? A resposta para essa pergunta está na diminuição de alguns custos. As instituições que utilizam a infra-estrutura da RNP vão continuar sem pagar pela infra-estrutura, porém, com a alta capacidade do sistema, alguns mecanismos serão aperfeiçoados, entre eles está a rede de videoconferência, que evitaria custos com viagens desnecessárias, e as ligações VoIP (Voz sobre IP), que vai evitar gasto com ligações interurbanas e internacionais.

Para a RNP, todo o País deve estar conectado a redes multigigabits até 2007. A



nova infra-estrutura foi apresentada nos dias 9 e 10 de maio, durante a 6ª edição do Workshop RNP, que aconteceu em Fortaleza (CE).

Prêmio incentiva difusão e reaplicação de Tecnologias Sociais

RAMON GUSMÃO

As inscrições para o Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil estão abertas até o próximo dia 30 de junho. A expectativa para esta terceira edição do prêmio, que acontece de dois em dois anos, é de que até mil projetos de tecnologia social sejam inscritos.

O prêmio foi instituído em 2001, com o objetivo de identificar, certificar e disseminar tecnologias sociais desenvolvidas em todo o País. Terezinha Martins, assessora da Diretoria de Tecnologia Social e Cultura da Fundação Banco do Brasil, explica que o prêmio é aberto à participação de instituições governamentais e não-governamentais, além de uma categoria específica para empresas que desenvolvem projetos de tecnologia social.

A seleção compreende várias etapas, desde a inscrição até a premiação de cada uma das oito instituições finalistas com R\$ 50 mil. A primeira etapa é a de certificação das tecnologias inscritas. “Nós verificamos se atende ao conceito de tecnologia social, se foi efetivamente implementada”, lembra a assessora da Fundação Banco do Brasil. Atendidos esses requisitos básicos, as tecnologias são certificadas e passam a integrar

o Banco de Tecnologias Sociais mantido pela Fundação.

A Comissão de Seleção - composta por 11 membros da Fundação Banco do Brasil, Petrobras e Unesco (instituições parceiras da Fundação nesta terceira edição do Prêmio) -, concederá pontuação correspondente ao mérito e aos resultados alcançados pelos projetos certificados.

Destes, 40 tecnologias serão escolhidas, sendo 35 originárias de instituições e outras cinco de empresas socialmente responsáveis. As oito finalistas serão selecionadas de acordo com os seguintes critérios: inovação, efetiva transformação social e reaplicação.

O prêmio em dinheiro deve ser empregado na expansão, aperfeiçoamento ou reaplicação das tecnologias vencedoras. Na edição deste ano, serão concedidos dois novos prêmios: um destinado aos Direitos da Criança e do Adolescente e outro para Tecnologia Social voltada à Gestão dos Recursos Hídricos.

Terezinha Martins enfatiza que, nas duas primeiras edições do Prêmio, “o objetivo era identificar as Tecnologias Sociais e deixar a informação disponível para a sociedade”.

Nos últimos dois anos, sobretudo com as discussões para a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS) – lançada oficialmente

em abril deste ano –, a Fundação começou a dar maior importância à reaplicação das tecnologias já certificadas e premiadas.

De acordo com a assessora, as iniciativas premiadas têm continuidade, inclusive com a inclusão de novos parceiros aos projetos. Ela afirma que “a RTS será um grande instrumento para potencializar as tecnologias sociais”.

Tecnologia premiada

Uma das tecnologias premiadas na edição de 2003 – “O Ensino de Matemática para Deficientes Visuais” – foi desenvolvida pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundetec), de Cascavel (PR). A Fundação é associada à ABIPTI.

Os pesquisadores da Fundetec criaram o multiplano. O instrumento permite, a portadores de deficiência visual, a compreensão de conceitos e do caráter lógico da matemática. Além de Cascavel, a tecnologia passou a ser utilizada nas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Fortaleza, Aracaju, Marília e Penápolis.

O regulamento do Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil e o Banco de Tecnologias podem ser acessados pelo site www.tecnologiasocial.org.br.

Crítérios de Excelência

O estado da arte da gestão para a excelência do desempenho e o aumento da competitividade



Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (FPNQ)

A obra lançada pela FPNQ apresenta os Crítérios de Excelência do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). Esses critérios compõem o mais completo referencial sobre gestão empresarial no mercado nacional e internacional. A partir do desenvolvimento e identificação de novos valores de gestão, realizam-se as atualizações nos Fundamentos da Excelência. Daí, a importância desta publicação atualizada, lançada em 2005.

Informações

FPNQ

Site: www.fpnq.org.br

Rumo à Excelência

Crítérios para avaliação do desempenho e diagnóstico organizacional



Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (FPNQ)

Esta obra, também lançada este ano pela FPNQ, apresenta os instrumentos de avaliação de 250 e 500 pontos, derivados do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). A publicação identifica Crítérios para a Gestão, assegurados pela correlação com os Crítérios de Excelência do PNQ, que reproduzem as melhores práticas de gestão conhecidas no mundo. A publicação é estruturada de forma a permitir a avaliação do estágio em que a organização se encontra quanto ao alinhamento com os critérios. Ela serve, ainda, como referencial de avaliação para premiações internas, setoriais e regionais no Brasil.

Informações

FPNQ

Site: www.fpnq.org.br

Manual de Informática Jurídica e Direito da Informática



José Carlos de Araújo Filho e Adelmario Araújo Castro

A obra lançada este ano pela Editora Forense trata do tema de forma abrangente e com possibilidade de ser adotada em cursos de graduação e pós-graduação. Trata-se do primeiro livro que compila os principais pontos do Direito de Informática. O Manual também é uma fonte de pesquisa para situações que a legislação ainda não se preocupou em sanar. Os autores são ligados ao Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE), instituição associada à ABIPTI.

Informações

Editora: Cia. Editora Forense

Site: www.forense.com.br

3º Simpósio Brasileiro de óleos essenciais

Envio de trabalhos: até 30 de junho

Data: 8 a 10 de novembro

Local: Campinas (SP)

O objetivo do evento é reunir pesquisadores, profissionais e interessados na área, dos setores público e privado, na intenção de consolidar a cadeia produtiva dos óleos essenciais.

Os trabalhos devem ser encaminhados, por meio eletrônico, até o dia 30 de junho e o resultado será divulgado no dia 15 de agosto. A organização do evento não aceitará descrições de projetos, intenção de trabalho ou revisões bibliográficas. A análise abrangerá os seguintes aspectos: objetivos relevantes, claramente definidos; metodologia adequada; resultados apresentados com clareza; conclusões pertinentes.

Informações:

Telefone: (19) 3231-5422, ramal 147

E-mail: sboe@iac.sp.gov.br

Site: www.iac.sp.gov.br/sboe/entrada.asp

Inova 2005

Data: 5 a 7 de julho

Local: Fortaleza (CE)

O 2º Seminário Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste – Inova 2005 - vai acontecer paralelamente à Feira Brasileira de Tecnologia (Febratecno) e ao 23º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha.

Entre os objetivos do seminário está o de reunir pesquisadores e profissionais que atuam na área de políticas e gestão da inovação tecnológica, com o intuito de discutir e aprofundar experiências e práticas de sucesso, além de buscar soluções compartilhadas para os desafios enfrentados por empresas, setor acadêmico e de pesquisa, no âmbito da gestão da inovação.

Informações:

Telefone: (85) 3466-5450

E-mail: smelo@sfiec.org.br

Site: www.febratecno.com.br

Congresso Internacional de Nanotecnologia

Data: 6 e 7 de julho

Local: São Paulo (SP)

Entre os principais objetivos do Congresso estão: divulgar junto à comunidade industrial os avanços nos diversos campos do nanoconhecimento e da nanociência; estimular parcerias entre indústrias e comunidade científica; dar visibilidade aos Projetos Brasileiros de

Nanotecnologia; e divulgar produtos, materiais e soluções nanotecnológicas desenvolvidas no Brasil.

O evento é promovido pelo RJR Eventos, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), entre outras entidades.

Informações:

Telefone: (11) 4153-5906

Site: www.nanotec2005.com

Conferência Estadual de CT&I da Paraíba

Data: 26 a 28 de julho

Local: João Pessoa (PB)

A intenção é discutir as ações que são realizadas na Paraíba para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Essa discussão será levada à Conferência Regional de CT&I (8 e 9 de agosto, no Recife) e à Conferência Nacional de CT&I (24 a 27 de outubro, em Brasília).

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapep) está promovendo, até junho, reuniões para selecionar as propostas que serão discutidas durante a conferência estadual.

Informações:

E-mail: fapep@fapep.pb.gov.br

2ª Conferência Sul-Americana em Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico (Conegov)

Data: 11 e 12 de agosto

Local: Florianópolis (SC)

O objetivo do encontro é reunir usuários, engenheiros e cientistas atuantes no meio acadêmico, na indústria ou no governo para apresentação de aplicações avançadas em Governo Eletrônico, assim como das tecnologias que as suportam. A Conferência também abordará a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico do País, com discussão sobre os principais aspectos legais relacionados à propriedade intelectual, e ênfase na transferência de tecnologia.

A 2ª Conferência Sul-Americana em Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico (Conegov) é organizada pelo Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas (Ijuris), patrocinada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e conta com o apoio do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL-SC).

Informações:

Site: www.ijuris.org/conegov

E-mail: conegov@ijuris.org